

Relatório sobre ciência e

A DES: PAULO

Sábado, 16 de maio de 1987 — EDUCAÇÃO E CIÊNCIA — A - 15

tecnologia ainda é criticado

Da Reportagem Local

O encontro realizado ontem durante todo o dia no anfiteatro da Universidade de São Paulo (USP) entre nove membros da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Congresso constituinte e representantes da comunidade científica, órgãos sindicais e da indústria serviu para mostrar que ainda existem algumas restrições ao texto apresentado pela relatora Cristina Tavares (PMDB-PE). A secretária interina da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Bete Mendes, abriu o encontro pela manhã, quando houve exposições dos reitores das universidades estaduais paulistas e de representantes de entidades ligadas à indústria.

À tarde, já sem a presença de Bete Mendes, o secretário da Saúde José Aristodemo Pinotti fez uma longa pales-

tra sobre o setor em São Paulo, defendendo, entre outras coisas, a locação de equipamentos sofisticados (como tomógrafos computadorizados) junto a institutos de pesquisa e universidades, "onde a sadia espionagem tecnológica pode ser feita".

O autor do discurso mais rápido e objetivo foi o presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), Oscar Sala, 65. Sala entregou à Cristina Tavares um documento sugerindo que seja inserido no texto constitucional um artigo obrigando os Estados a aplicarem uma certa porcentagem de seu orçamento em pesquisas, usando como exemplo a própria Fapesp — que tem garantidos 0,5% dos impostos arrecadados no Estado e gasta somente 5% da receita para o pagamento de pessoal da administração.

Também o diretor superintendente do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), Henrique Silveira de Almeida, 51, entregou à relatora da subcomissão um documento que defende a reserva de mercado como "instrumento da política científica nacional". Almeida, em entrevista à Folha, sugeriu uma nova formulação ao artigo que destina 5% dos lucros das empresas para pesquisas. Para ele, uma porcentagem menor da receita das estatais e multinacionais deve ter esse destino, enquanto que a taxa sobre os lucros deve ser feita somente sobre as empresas nacionais privadas. Isso porque, entre outras coisas, as estatais costumam dar prejuízo e não lucro.

Cláudio Rodrigues, 48, superintendente do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares), disse que os cientistas não devem ter uma posição

definida sobre o uso militar da energia nuclear: "É uma questão política." Wálter Barelli, 48, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), entregou um documento à Cristina Tavares que sugere a substituição do termo "automação" por "novas tecnologias" nos artigos que se referem à defesa do trabalhador diante da automação.

Cristina Tavares, ao final do encontro (às 19h30), defendeu a reserva de mercado para alguns setores, afirmando que o texto do relatório não fala em reserva indiscriminada. Para ela, "o que é xenofobia no Brasil é patriotismo nos Estados Unidos". Cristina disse também que as importações de equipamentos e insumos para pesquisa "têm que ser disciplinadas" e os cientistas "têm que brigar" para desburocratizar os processos.